



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **COVID-19.** Diante do cenário de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), a Companhia deliberou sobre as ações que foram e vem sendo lançadas com o propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação. **Novos negócios.** Em setembro de 2020, tivemos a conclusão da transferência de carteira dos produtos tradicionais da Icatu Capitalização para a Companhia, empresa controlada pela Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR em parceria com a Icatu Seguros S.A. ("Icatu"), foi criada para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do banco por um período de vinte anos. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em abril de 2018 e aprovada em definitivo pela SUSEP em novembro de 2018 pela Portaria nº 7.236/2018 no qual iniciou-se a venda de produtos de incentivo em setembro de 2019 e concluída em setembro de 2020 com a venda da carteira de produtos tradicionais. **Desempenho nas operações de Capitalização.** O resultado das operações de capitalização no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, alcançou R\$ 22,9 milhões, crescimento relevante em relação ao ano passado devido a recente negociação da transferência de carteira. A Companhia retornou para os seus clientes, R\$ 17,3 milhões em pagamentos de mais de 2,5 mil títulos, no ano de 2020. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva da ordem de R\$ 48,5 milhões. As provisões técnicas de capitalização superaram R\$ 890 milhões no período. O patrimônio líquido atingiu R\$ 26,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, obtendo um incremento de 29% em relação a 2019 e o ativo total atingiu o montante de R\$ 399 milhões, com crescimento relevante em relação ao ano anterior. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e as melhores práticas de governança corporativa. A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. Em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 3,3 milhões em pagamentos de dividendos, R\$ 15,2 milhões pagos a serviços terceirizados, R\$ 1,5 milhões em tributos indiretos e R\$ 4,5 milhões em tributos diretos. Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 7,02 milhões em 2020. O retorno sobre o patrimônio atingiu a marca de 26,7%, no exercício social de 2020. Por fim, a Rio Grande Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2021. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			Passivo		
Circulante	399.065	27.361	Circulante	904.922	13.203
Disponível	6.305	1.778	Contas a Pagar	12.262	313
Caixa e Bancos	347	335	Obrigações a Pagar	8.026	307
Equivalentes de Caixa	Nota5 5.958	1.443	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	833	1
Aplicações	Nota5 390.105	25.347	Impostos e Contribuições	3.403	5
Créditos das Operações de Capitalização	4	14	Débitos de Operações com Capitalização	Nota 9 1.777	-
Outros Créditos Operacionais	Nota6 2.309	165	Depósitos de Terceiros	Nota 9 66	-
Títulos e Créditos a Receber	342	57	Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 10 890.817	12.890
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota7 342	57	Provisão para Resgates	822.906	9.302
Não Circulante	533.647	6.201	Provisão para Sorteio	18.471	3.557
Realizável a Longo Prazo	533.647	6.201	Provisão para Despesas Administrativas	2.395	31
Aplicações	Nota5 533.628	6.201	Provisão para Distribuição de Bônus	47.045	-
Títulos e Créditos a Receber	19	-	Não Circulante	1.497	-
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota7 19	-	Contas a Pagar	Nota 7 1.497	-
Total do Ativo	932.712	33.562	Patrimônio Líquido	Nota 12 26.293	20.359
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Capital Social	20.000	20.000
			Reservas de Lucros	4.047	359
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.246	-
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	932.712	33.562

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	31/12/2020	31/12/2019
Arrecadação com Títulos de Capitalização	Nota14a 203.527	22.789
Varição da Provisão para Resgate	Nota14a (155.846)	(17.037)
Varições das Provisões Técnicas	Nota14a (3.875)	(31)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	43.806	5.721
Resultado com Sorteio	Nota14b (17.299)	(5.699)
Custo de Aquisição	Nota14c (7.036)	-
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota14d 3.466	-
Resultado com Operações de Capitalização	22.937	22
Despesas Administrativas	Nota14e (15.294)	(247)
Despesas com Tributos	Nota14f (1.576)	(129)
Resultado Financeiro	Nota14g 5.550	1.201
Resultado Operacional	11.617	847
Resultado antes dos Impostos e Participações	11.617	847
Imposto de Renda	Nota15 (2.843)	(188)
Contribuição Social	Nota15 (1.750)	(127)
Lucro Líquido do Exercício	7.024	532
Quantidade de Ações	Nota11a 20.000.000	20.000.000
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	0,351	0,027
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Aumento de Capital Social		RESERVAS DE LUCROS		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.000	9.000	7	73	-	-	20.080
Aumento de Capital Social	9.000	(9.000)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	532	532
Destinação do Lucro Líquido							
Reserva Legal	-	-	27	-	-	(27)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	252	-	(252)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(253)	(253)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.000	-	34	325	-	-	20.359
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	2.246	-	2.246
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.024	7.024
Destinação do Lucro Líquido							
Reserva Legal	-	-	352	-	-	(352)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	3.336	-	(3.336)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.336)	(3.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	-	386	3.661	2.246	-	26.293
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Período	7.024	532
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.246	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	3.743	-
Imposto sobre a (perda) originado(a) no período	(1.497)	-
Total do Resultado Abrangente	9.270	532
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais	7.024	532
Lucro Líquido do Exercício	7.024	532
Ajustes para:		
Varição das Provisões Técnicas - Capitalização	1.024.387	22.794
Varição dos Impostos Sobre o Lucro	6.130	444
Varição nas contas patrimoniais	(892.185)	(11.465)
Ativos financeiros	(892.185)	(11.465)
Créditos das operações de capitalização	10	(14)
Créditos fiscais e previdenciários	(304)	(57)
Outros ativos	(2.144)	(165)
Outras contas a pagar	10.301	234
Débitos de operações com capitalização	1.777	-
Depósitos de terceiros	66	-
Provisões técnicas - capitalização	(146.460)	(9.904)
Outros passivos	(1.090)	(253)
Caixa Gerado pelas Operações	7.512	2.146
Impostos sobre o lucro pagos	(2.732)	(464)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	4.780	1.682
Pagamento de Dividendos	(253)	(73)
Caixa Líquido (consumido) nas Atividades de Financiamento	(253)	(73)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.527	1.609
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.778	169
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	6.305	1.778
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda e pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). **1.1 Transferência de Carteira do Balcão Banrisul - Icatu Capitalização:** A Companhia firmou o contrato de transferência parcial da carteira de capitalização, da Icatu Capitalização para a Rio Grande Capitalização, constituída pelos títulos comercializados no balcão Banrisul. Após as aprovações pelo Banco Central do Brasil em abril de 2018 e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP que ocorreu através da Portaria SUSEP/DIR3 nº 7.236, de 13 de novembro de 2018 e publicado no DO em 16 de novembro de 2018, a operação iniciou em setembro de 2019 com os produtos de incentivo e concluída com os produtos tradicionais em setembro de 2020. Abaixo, destacamos o quadro com os registros contábeis efetuados em setembro/20 referente ao acervo líquido da carteira de transferência dos produtos tradicionais.

Ativo	840.770	Passivo	840.770
Circulante	840.770	Circulante	837.214
Aplicações Financeiras	837.098	Depósito de Terceiros	116
Créditos das Operações de Capitalização	3.672	Provisões Técnicas - Capitalização	837.098
		Acervo Líquido	3.556

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras ("demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021. **2.1. Base de Mensuração:** A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Os passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação:** As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. **3.1 Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos há um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir: **3.2.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período. **Derivativos:** são classificados no ativo circulante "Recebíveis" ou no passivo circulante "Contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros. **3.2.2 Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3 Mantidos até o vencimento:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4 Empréstimos e Recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros

são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do exercício, pela alíquota de 15%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, nem diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos corrente, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. **3.4 Provisões Técnicas: Provisão Matemática para Capitalização:** A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado. **Provisão para Resgates:** A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos. **Provisão para Sorteios a Realizar:** A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados. **Provisão de Sorteios a Pagar:** A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação. **Provisão para Despesas Administrativas:** A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. **Provisão para Distribuição de Bônus:** A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõe a provisão para resgates. **Prescrição de Títulos:** A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. **3.5 Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas de Aplicações Financeiras e Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil. **3.6 Nova Norma Contábil Ainda Não Adotada:** O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foi adotado antecipadamente: **3.6.1 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38); Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar a IAS 39 até 1º de janeiro de 2023. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedging accounting*). **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº521/2015 tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o Sistema de Controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia. **4.1 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.1.1 Principais Riscos Associados: 4.1.1.1 Risco de Crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação

em "Investimentos de Alto Risco" e "Investimentos de Baixo Risco", conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco. Em 31/12/2020, o montante de R\$ 787.278 / 85% (R\$ 31.541 / 96% em 31/12/2019), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 142.487 (R\$ 1.443 em 31/12/2019). Em 31/12/2020 e 31/12/2019 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo. **4.1.1.2 Risco de Mercado:** O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade dela, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *Value at Risk* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *Value at Risk*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *Value at Risk* e nível de *stress* da carteira. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O *Value at Risk* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *Value at Risk* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco. (II) *DV01* (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *Value at Risk* paramétrico; - A perda com uma oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*. - O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

	31/12/2020	Expo- sição	31/12/2019	Expo- sição
Fatores de Risco DIV-01	EWMA	VAR	EWMA	VAR
Pré-fixado	273	0,93	24.718	552,247
Taxa Referencial	-	0,93	-	-
IGPM	-	0,91	-	-
IPCA	56	0,99	2.874	84.987
A incerteza trazida pela pandemia COVID-19, fez com que as taxas de juros tivessem um aumento relevante no primeiro semestre de 2020 gerando assim, uma desvalorização nos preços dos ativos marcados como valor justo pela companhia. Este efeito somado a um cenário de Selic anual de 2,77% a.a., mínima história, acabou afetando a performance do resultado financeiro deste período. Ainda durante o primeiro semestre, a companhia havia				



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ: 29.985.998/0001-02
 Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

de risco, em conformidade com as exigências regulatórias da SUSEP. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativos e passivos				
Caixa e bancos	347	-	-	347
Equivalente de Caixa	5.958	-	-	5.958
Aplicações Financeiras	262.677	86.595	574.461	923.733
Créditos das Operações de Capitalização	4	-	-	4
Títulos e Créditos a Receber	342	-	-	342
Total de ativos	269.328	86.595	574.461	930.384
Contas a pagar	13.759	-	-	13.759
Provisões Técnicas - Capitalização	337.940	219.621	333.256	890.817
Débito das operações	1.777	-	-	1.777
Depósitos de terceiros	66	-	-	66
Total de passivos	353.542	219.621	333.256	906.419

	31/12/2019			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativos e passivos				
Caixa e bancos	335	-	-	335
Equivalente de Caixa	1.443	-	-	1.443
Aplicações Financeiras	251	6.788	24.509	31.548
Créditos das Operações de Capitalização	14	-	-	14
Títulos e Créditos a Receber	57	-	-	57
Total de ativos	2.100	6.788	24.509	33.397
Contas a pagar	313	-	-	313
Provisões Técnicas - Capitalização	12.890	-	-	12.890
Total de passivos	13.203	-	-	13.203

4.1.1.4 Risco Operacional: O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e Compliance. A gestão desses riscos integra a Gestão de Riscos Corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia. Para os Riscos de Compliance, que são aqueles que envolvem

o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de Compliance, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude fazem parte do Ciclo de Gestão de Riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5 Risco de Subscrição: O Risco de Subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuárias para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: Implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco de cancelamento: Implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda e risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas. A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração. Em 31/12/2020, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 203.527 (22.789 em 31/12/2019), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 199.872 / 98% (R\$ 21.840 / 96% em 31/12/2019) e nas demais regiões no montante de R\$ 3.655 / 2% (R\$ 949 / 4% em 31/12/2019).
- 4.1.1.6 Gestão de Capital:** A Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que a companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.
- 4.1.1.7 Riscos Estratégicos:** Os Riscos estratégicos fazem parte do Ciclo de Gestão de Riscos coordenado pela equipe de Gestão de Riscos e Controles Internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a Administração da Companhia e em seguida avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1 Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento: As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 5.958 (R\$ 1.443 em 31/12/2019). Em 31/12/2020, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 94.835 (R\$ 0 em 31/12/2019). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 3.743 (R\$ 0 em 31/12/2019).

	31/12/2020								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	126.223	90.476	-	216.699	216.699	23,31%	23,07%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 2,90%	-	-	501	36.451	36.952	36.952	3,97%	3,93%
Operações Compromissadas	SELIC	-	136.529	-	-	136.529	136.529	14,69%	14,53%
Outros Aplicações		11	(85)	-	-	(75)	(75)	(0,01)%	(0,01)%
Total		11	262.667	90.977	36.451	390.105	390.105	41,96%	41,53%

	31/12/2020								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas	SELIC	-	5.958	-	-	5.958	5.958	0,64%	0,63%
Total			5.958	-	-	5.958	5.958	0,64%	0,63%

	31/12/2020								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional	IPCA + 3,25%	-	-	-	48.006	48.006	48.006	5,16%	5,11%
Nota do Tesouro Nacional - PRE	7,58%	-	-	-	50.573	50.573	50.573	5,44%	5,38%
Total					98.579	98.579	98.579	10,60%	10,49%

	31/12/2020								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRE	6,77%	-	-	-	435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total					435.049	435.049	444.728	46,80%	47,34%
Total das Aplicações Financeiras		11	268.625	90.977	570.078	929.691	939.370	100%	100%

	31/12/2019								
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	251	21.298	-	283	21.833	21.833	66,18%	66,18%
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+3,59%	-	3.081	-	433	3.514	3.514	10,65%	10,65%
Total		251	24.379	-	716	25.347	25.347	76,83%	76,83%
Operações Compromissadas	SELIC	1.443	-	-	-	1.443	1.443	4,37%	4,37%
Total		1.443	-	-	-	1.443	1.443	4,37%	4,37%
II. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Nota do Tesouro Nacional - PRE	6,64%	-	-	-	6.201	6.201	6.193	18,80%	18,80%
Total					6.201	6.201	6.193	18,80%	18,80%
Total das Aplicações Financeiras		1.694	24.379	-	6.917	32.991	32.983	100,00%	100,00%

	31/12/2020			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	20.083	-	-	20.083
(+) Aplicações	14.550	-	6.168	20.719
(-) Resgates	(9.147)	-	-	(9.147)
(+) Rendimentos	1.305	-	32	1.336
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	26.791	-	6.200	32.991
(+) Aplicações	977.939	92.292	430.905	1.501.136
(-) Resgates	(627.386)	-	(786)	(628.172)
(+) Rendimentos	18.721	2.543	(1.271)	19.993
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.743	-	3.743
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	396.065	98.578	435.048	929.691

*Os valores de resgate na categoria de mantidos até o vencimento são referentes aos pagamentos de juros semestrais das Notas do Tesouro Nacional. **5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo:** Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são avaliados pelos índices indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados,

incluído no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	396.138	(74)	396.064	26.790
Letras Financeiras do Tesouro	216.699	-	216.699	21.833
Notas do Tesouro Nacional:	36.952	-	36.952	3.514
Operações Compromissadas	142.487	-	142.487	1.443
Outros Aplicações	-	(74)	(74)	-
II. Títulos Disponíveis para Venda:	98.578	-	98.578	-
Notas do tesouro nacional	98.578	-	98.578	-
III. Mantido até o vencimento:	435.049	-	435.049	6.201
Notas do tesouro nacional	435.049	-	435.049	6.201
Total (I + II + III)	929.765	(74)	929.691	32.991

5.4 Instrumentos Financeiros Derivativos: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31/12/2020, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

Futuro	Posição	Vencimento	Índice de referência	Quantidade	31/12/2020	
					Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
D11	Comprado	jan/22	CDI	5	486	Hedge Taxa pré fixada
D11	Comprado	jan/27	CDI	125	8.614	Hedge Taxa pré fixada
D11	Comprado	jan/29	CDI	800	47.090	Hedge Taxa pré fixada

Futuro	Posição	Vencimento	Índice de referência	Quantidade	31/12/2019	
					Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
D11	Comprado	jan/22	CDI	4	333	Hedge Taxa pré-fixada
D11	Comprado	jan/23	CDI	7	556	Hedge Taxa pré-fixada
D11	Comprado	jan/24	CDI	2	177	Hedge Taxa pré-fixada
D11	Comprado	jan/25	CDI	1	40	Hedge Taxa pré-fixada

6. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS: Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 2.309 em 31/12/2020 (R\$ 165 em 31/12/2019). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: a) **Impostos a recuperar:** Os Impostos a Recuperar são compostos da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo - Circulante		
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda	321	36
Contribuição Social	21	21
Total de Créditos Fiscais	342	57

b) Ativos e passivos diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o "CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro". Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos Diferidos".

	Constituição em 2020	
Ativo - Não Circulante		
Imposto de Renda Diferido		
Diferenças Temporárias		12
Contribuição Social Diferida		
Diferenças Temporárias		7
Total de Créditos Fiscais Diferidos		19

Passivo - Não Circulante

	Constituição em 2020	
Imposto de Renda Diferido		
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(936)
Contribuição Social Diferida		
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(561)
Total de Débitos Fiscais Diferidos		(1.497)
Total de Créditos e Débitos Diferidos		(1.477)

c) Créditos tributários diferidos: Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias em 2021 no montante de R\$ 19.

8. OBRIGAÇÕES A PAGAR: O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. As obrigações são compostas por:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores a pagar	1	4
Dividendos a pagar	3.337	253
Obrigações transitórias - Resgates e Sorteios	396	-
Outras Obrigações	4.292	50
Total	8.026	307



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

11. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Técnicas - Capitalização:		
Total a ser coberto	890.817	12.890
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	933.412	31.540
Total dos Ativos Vinculados	933.412	31.540
Equivalente de Caixa	5.958	1.443
Total de Aplicações	939.370	32.983
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	48.553	20.093

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 207 maior que o valor contábil (nota 5.1).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2020 é de R\$ 20.000 (R\$ 20.000 em 31/12/2019), representado por 20.000.000 ações ordinárias nominativas. b) **Reservas de Lucros:** As Reservas de Lucros de R\$ 4.047 (R\$ 359 em 31/12/2019) são compostas por: Reserva Legal de R\$ 385 (R\$ 34 em 31/12/2019) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva Estatutária de R\$ 3.662 (R\$ 325 em 31/12/2019) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. c) **Dividendos Mínimos Obrigatórios:** Conforme disposição estatutária, a companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 3.336 (R\$ 253 em 31/12/2019), referente à 50% do lucro

líquido do exercício, deduzido da reserva legal, quando aplicável. d) **Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital:** A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	26.293	20.359
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	44.121	-
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	6.124	-
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização	37.997	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	70.414	20.359
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	2.624	77
Capital de Risco de Subscrição	4.588	1.059
Capital de Risco - Mercado	43.225	763
Capital de Risco - Redução por correlação	(5.003)	(407)
Capital de Risco - Operacional	3.363	305
Capital de Risco (CR) (b)	48.797	1.797
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	48.797	10.800
Patrimônio líquido ajustado	70.414	20.359
(-) Exigência de capital - EC	(48.797)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	21.617	9.559
Suficiência de capital (% da EC)	144%	189%

13. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (a)	-	(4)	-	-	(26)	(41)
Icatu Seguros S.A. (c)	-	-	5.422	-	-	-
Icatu Assessoria Ltda. (d)	(3.924)	-	-	-	(14.898)	-
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (c)	(8.768)	(5.969)	19.575	14.989	(1.479)	(9.866)
Banrisul Icatu Participações (b)	(3.337)	(253)	-	-	-	-
Total	(16.029)	(6.226)	24.997	14.989	(16.403)	(9.907)

(a) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda; (b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia; (c) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização. Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; (d) Valores referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes.

14. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
a) Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização				
Título de Capitalização Emitido	203.606	22.789	-	-
Devolução/Cancelamento com Título de Capitalização	(79)	-	-	-
Reversão da Provisão Para Resgate	77	-	-	-
Constituição da Provisão Para Resgate	(155.923)	(17.037)	-	-
Reversão da Provisões Técnicas	2.605	-	-	-
Constituição da Provisão Técnicas	(6.480)	(31)	-	-
	43.806	5.721		
b) Resultado com Sorteios				
Reversão da Provisão Para Sorteio	20.986	4.150	-	-
Constituição da Provisão Para Sorteio	(19.621)	(5.697)	-	-
Despesas Com Títulos Sorteados	(18.664)	(4.152)	-	-
	(17.299)	(5.699)		
c) Custo de Aquisição - Capitalização				
Despesas de Corretagem	(88)	-	-	-
Despesas de Custeamento de Vendas	(6.948)	-	-	-
	(7.036)	-		

(a) A transferência de carteira do Banrisul realizada em setembro de 2020 possibilitou variações nas linhas operacionais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Claudio Coutinho Mendes
Conselheiros: Luciano Snel Corrêa; Ademar Schardong; Claudio Leite Gastal.
Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076160/O-7

DIRETORIA

Diretor Presidente - Cesar Luiz Salazar Saut
Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo.
Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização

	31/12/2020	31/12/2019
Receita com Resgate de Título	1.538	-
Receita com Prescrição de Título	2.556	-
Despesas com Provisões	(628)	-
	3.466	-

e) Despesas Administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de Terceiros	(15.129)	(92)
Localização e Funcionamento	(17)	(4)
Donativos e Contribuições	(50)	-
Publicidade e Propaganda	(97)	(150)
Despesas Administrativas Diversas	(1)	(1)
	(15.294)	(247)

(e) Serviços prestados pela Icatu Assessoria a partir de setembro de 2020 em função da transferência de carteira.

f) Despesas com Tributos

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	(1.305)	(63)
PIS	(212)	(10)
Taxa de Fiscalização	(59)	(56)
	(1.576)	(129)

g) Resultado Financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Categoria - Disponível para Venda	2.543	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	2.543	-
Categoria - Mantido até o Vencimento	(1.271)	32
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(1.271)	32
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	18.740	1.305
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	18.740	1.305
Total - Receitas Financeiras	20.012	1.337
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	(19)	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(19)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(14.974)	(28)
Outras Despesas Financeiras	531	(108)
Total - Despesas Financeiras	(14.462)	(136)
	5.550	1.202

(g) Transferência do fundo Icatu Vanguarda Banrisul em setembro proporcionou um aumento dos rendimentos.

15. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	11.617	11.617	847	847
Resultado antes dos Impostos	11.617	11.617	847	847
Doações e Patrocínios Inedutíveis	50	50	-	-
Provisões Inedutíveis	47	47	-	-
Resultado Ajustado	11.714	11.714	847	847

	15%+10%	15%	15%+10%	15%
Alíquotas Oficiais	15%+10%	15%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(2.854)	(1.757)	(188)	(127)
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	11	7	-	-
Despesas com IRPJ/CSLL	(2.843)	(1.750)	(188)	(127)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24%	15%	22%	15%

16. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2020 da Icatu Seguros.

a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 2021.

KPMG KPMG Auditores Independentes José Claudio Costa
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC 1SP167720/O-1

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Rio Grande Capitalização S.A. Porto Alegre - RS. Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$70.414 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e pela solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$70.414 mil (em 31 de dezembro de 2020), com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$70.414 mil (em 31 de dezembro de 2020), anteriormente referidos, da

Companhia, em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45
Felipe Fieri Amado - MIBA 2.385.

Deloitte

Conteúdo de credibilidade e atualizado diariamente. Acesse:

www.jornaldocomercio.com

